



Devoções católicas de uma capitania em construção: vilas, freguesias e paróquias em Sergipe d'el rey

Edla Tuane Monteiro Andrade¹

Introdução

Era por volta de 6h da manhã de quinta-feira, 23 de abril de 1500, quando o sol nasceu e a esquadra liderada por Pedro Álvares Cabral estava aportada a 36 quilômetros da costa, estavam em terras novas que um dia se tornariam o Brasil. Ficaram maravilhados e encantados pela beleza do lugar e extasiados com a fauna e a flora. No contato inicial com os nativos, os portugueses já imaginavam quanto poderiam adquirir em riquezas nesse lugar. A primeira denominação dada a essa porção de terra já demonstrava a forte tradição católica dos portugueses, primeiramente *Ilha de Vera Cruz* e depois, ao descobrirem que não se tratava de uma ilha, ficou então conhecida por *Terra de Santa Cruz*.

De acordo com Severino Vicente (2001, p. 21), é importante sempre lembrar que a chegada dos portugueses nestas terras, hoje chamadas Brasil, ocorreu sob o lema da expansão da cristandade europeia, formada ao longo da Idade Média. Sendo assim, além das motivações econômicas e políticas, os portugueses trouxeram em sua bagagem também interesses religiosos. Todavia, inicialmente, faz-se necessária a compreensão de como estava organizada a Igreja que adentra o Brasil?

A Igreja que pisa em terras brasileiras estruturou-se em quadros organizatórios, os quais mantinham uma aliança com o Estado português expansionista. Segundo Eduardo Hoornaert (1994, p. 8-9), a organização da Igreja no Brasil entre 1550-1800 era em grande parte controlada pelo

¹ Graduada em História pela Universidade Federal de Sergipe. Integrante do Grupo de Pesquisa (GPCIR/CNPq/UFS). Orientador: Professor Dr. Claudefranklin Monteiro. E-mail: edlahistoriadora@gmail.com



Padroado², direito que foi concedido pelo papa ao rei de Portugal com a missão de promover a organização da Igreja nas terras *descobertas*, ou seja, estes monarcas se estabeleceram como *verdadeiros chefes espirituais nas novas terras*. Ainda sobre a chegada desta Igreja, um detalhe não pode ser ignorado, cujo foi o financiamento por meio do Padroado da expansão do Catolicismo no Brasil. Sergipe D'EL Rey, por exemplo, é reflexo da atuação e instalação da religião católica. Está afirmação pode ser percebida na fala do jesuíta Gaspar Lourenço, o qual participou das primeiras missões em Sergipe D'EL Rey, este assina como era importante à divulgação da fé cristã nos aldeamentos. Visto isso, este trabalho visa estudar de forma analítica o processo de instalação das primeiras devoções católicas sergipanas, sobretudo ao período referente à criação dos sete núcleos iniciais de povoamento do território da antiga Capitania de Sergipe D'El Rey, compreendo os anos de sua conquista pelos portugueses, em 1590 e a formação da sétima vila sergipana em 1718.

Problemática

O período de investigação justifica-se, tendo em vista o grande número de transformações que ocorreram em Sergipe, constituindo numa nova fase na Igreja, a qual tinha por objetivo expandir a fé cristã, com a criação de novas igrejas, fundando novas irmandades e aumentando o número de párocos e paróquias. Também foi a época em o Catolicismo vinha buscando consolidar-se enquanto instituição, particularmente a partir da criação do arcebispado da Bahia em 1676. É também neste contexto que surgem cinco novas paróquias em Sergipe em diferentes locais do território, Santo Antônio e Almas de Itabaiana (1675); Santo Antônio da Vila Nova do Rio São Francisco (1678); Nossa Senhora da Piedade do Lagarto (1679); Santa Luzia do Rio Real (1680); Jesus, Maria José e São Gonçalo do Pé de Banco (1700).

É bem verdade que outros tipos de devoções poderiam ser aventados neste trabalho monográfico, considerando a presença das etnias indígena e

² Padroado - Era uma prerrogativa da Coroa Portuguesa baseada no fato do Rei ser grão-mestre de três tradicionais ordens militares e religiosas de Portugal.



negra na gestação de Sergipe. Em que pese à extensão dessa empreitada e a hegemonia religiosa da Igreja Católica, nos limitaremos a este cenário, vista a carência de estudos sobre o Catolicismo.

Sabe-se que em geral, os estudos sobre o catolicismo brasileiro ganharam força com a criação da CEHILA (Comissão para a História da Igreja na América Latina), em 1973. Ao longo de anos, seja na universidade ou fora dela, cresceu o interesse pelas possibilidades de análises científicas em torno das principais temáticas que aquela instituição demanda.

Desde a década de 60, tem-se ouvido e comentado muito a respeito do catolicismo, mas do catolicismo enquanto instituição: os temas explorados pelos pesquisadores giram em torno das questões de poder, das relações da Igreja com o Estado e com a política. Entretanto, este problema aumenta quando procura-se por trabalhos sobre devoções.

O quadro historiográfico brasileiro se ampliou com as contribuições em torno de pesquisas e análises sobre aspectos institucionais, burocráticos, teológicos, formativos, estruturais e culturais, particularmente no que tange às devoções populares, tão combativas pela romanização católica verificada a partir da primeira metade do século XIX.

Em Sergipe, o interesse pelos aspectos religiosos na história tem como marco o trabalho da Professora Maria da Glória, em 1999, Maria da Glória (1999, p.61). Na ocasião, a mesma advertia para a necessidade de mais pesquisas em torno dessa temática, particularmente no campo católico. De lá até a presente data, inúmeras foram às pesquisas desenvolvidas, sobretudo na Universidade Federal de Sergipe, a partir da criação do Grupo de Pesquisa Culturas, Identidades e Religiosidades, no final do século XX.

Entretanto, no que diz respeito às devoções católicas, ainda são poucos os trabalhos que ajudem a dirimir questões da realidade religiosa sergipana, notadamente dos séculos XVI e XVII, época de formação do território sergipano. A maioria dos trabalhos centra-se no aspecto institucional e na formação dos padres, como é o caso dos trabalhos de Antônio Lindvaldo (2008), Péricles Moraes(2010), Raylane Navarro (2004), Vanessa Oliveira (2008) e France Silva (2001) Exceção feita à tese do



professor Claudefranklin Monteiro (2013), que afora tais questões, procura entender, também, a formação das devoções populares, particularmente a referente a São Benedito em Lagarto, entre os séculos XVII e XX.

Essa carência de pesquisas em torno da compreensão do processo de instalação das primeiras devoções católicas em Sergipe nos motivou a levar adiante o presente projeto, com vistas a contribuir para uma historiografia sergipana também preocupada em entender a formação religiosa do Estado, antiga possessão baiana. Para tanto, utilizaremos os livros de tombo das igrejas de Santa Luzia, Tomar do Gerú, Lagarto, Itabaiana, Santo Amaro das Brotas, Siriri e Propriá, não somente como fonte, mas também como objeto de análise. Buscaremos entender como estas devoções eram representadas e descritas para assim serem difundidas e praticadas pelos fiéis. Para tanto, faz-se necessário compreender o cenário e a instalação destas devoções.

Além dos trabalhos já aqui mencionados, tanto os que compõem uma seara nacional como os mais concernentes a uma esfera local, será de grande valia a leitura e reflexão de outras leituras que apoiem o nosso referencial bibliográfico.

Desse quadro embrionário, queremos destacar o escrito de Dom Marcos Antônio, que além de referência pode servir como uma importante fonte de nosso trabalho. A obra intitulada de Capitania de Sergipe estrutura-se em 8 capítulos. O livro teve sua primeira publicação através de Antônio José Fernandes de Barros em 1878 e sua segunda edição em 1943 na Revista de Aracaju. Entretanto, a obra foi escrita muito antes em 1808, por D. Marcos Antônio de Souza, o qual, segundo Epifânio Dória foi um homem de grandes e gabadas virtudes e o primeiro Bispo de nomeação de D. Pedro I.

Objetivos

Vista estas limitações, interessa-nos pensar o conceito de devoção circunscrito ao nível de representação do catolicismo instalado no Brasil por Portugal, sob as hostes de Roma, percebendo as particularidades desse



projeto de evangelização e sua relação com a conquista e com o desenvolvimento da capitania.

Assim, remetemos à concepção de crença formulada por Michel de Certeau como fundamento da presente reflexão sobre a devoção: entendo por crença não o objeto do crer (um dogma, um programa etc.), mas o investimento das pessoas em uma proposição, o *ato* de enunciá-la considerando-a verdadeira – noutros termos, uma “*modalidade*” da afirmação e não o seu conteúdo.

Assim, propomo-nos a analisar como este período de formação e transformação dos núcleos de povoamento sergipano paralelo com o aparecimento das primeiras devoções católicas sergipanas. A partir disso podemos então nos perguntar: Qual a história das primeiras devoções sergipanas? Como elas chegaram ao território sergipano? Quem as trouxe? Como eram representadas pela Igreja, pelos fiéis e irmandades? Como estas devoções interferiram na formação e desenvolvimento dos primeiros núcleos de povoamento de Sergipe D’El Rey? Compreender o processo de instalação das primeiras devoções católicas sergipanas a partir do desenvolvimento dos núcleos iniciais de povoamento do território de Sergipe D’El Rey.

A presente pesquisa trata-se de um estudo de história cultural dentro da perspectiva que busca perceber as representações do aspecto religioso no tecido histórico e social de uma determinada localizada, nesse caso a antiga Capitania de Sergipe D’El Rey. Nesse sentido, valer-nos-emos não somente de uma análise documental, mas também bibliográfica à luz de conceitos como devoção católica e representações devocionais.

Além dos chamados teóricos e historiadores que discutem a temática Igreja Católica no Brasil, a exemplo de Eduardo Hoornaert e Riolando Azzi, entre outros, serviram como lastro teórico de nossa pesquisa: Roger Chartier (1990), sobretudo na discussão em torno das representações; e Pierre Bourdieu (2004) e Michel de Certeau (1996), estes último a aspectos conceituais como campo religioso, poder simbólico e a vivência do religioso como objeto no campo da história.



Metodologia

Metodologicamente o trabalho consistirá no levantamento e análise de fontes sobre a presença da Igreja Católica em Sergipe presentes em diversas instituições e lugares de memória incluindo as do Estado do Rio de Janeiro e, principalmente a cidade de Salvador, mais perto no acervo do Laboratório Reitor Eugênio Veiga, sob a coordenação da Universidade Católica, contendo a documentação do Arquivo da Diocese de Salvador, da qual pertenceu Sergipe até a criação da Diocese de Aracaju, em 1910. Afora isso, fontes sobre o catolicismo sergipano disponíveis no Arquivo Público de Sergipe, no Arquivo do Judiciário, IHGSE, PDPH e nas paróquias aqui estudadas. Assim, o uso das fontes é fundamental para compreendermos certos assuntos tanto do passado como do presente. Visto que existe uma demanda social de atingir o conhecimento de assuntos, sejam sobre o passado ou referente ao presente. Para François Bédarida (2005, p.81), o historiador possui uma *função social ou responsabilidade na sociedade*.

Resultados e Discussões

Sergipe D'El Rey era um dos reflexos das transformações que o período colonial proporcionou. Mas, que Capitania é esta? Como está Capitania se construiu? Sergipe, terra constituída desde parte da Bahia de Todos os Santos até a parte do rio São Francisco, ao sul e ao norte, e restringida pelo Atlântico a leste, penetrada pelas caravelas lusas de Cabral descobriram em 1500. Em 26 de agosto de 1534 foi doada pelo senhor D. João III, a Francisco Pereira Coutinho, o qual teria o compromisso de cuidar das terras sergipanas, como também explorar suas riquezas. No entanto, foi justamente esta atitude do rei de doar as terras e não a própria coroa Portuguesa, que determinou que as terras sergipanas se chamasse mais tarde Sergipe D'El Rey.

Vilas, freguesias e paróquias



Uma Capitania que estava dando seus primeiros passos, e que formaria e ergueria vilas, freguesias e paróquias. Todavia, quando fala-se vila, o que significaria? Vilas seriam unidades urbanas menores que as cidades, mas que contavam com juízes, câmaras e pelourinho, conforme afirma Silva (1798). As primeiras vilas indígenas foram instituídas durante o reinado de Dom José I (1750- 1777), que teve na fura de Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal (Falcon, 1974), que por sua vez era o representante legítimo da política elucidada do despotismo esclarecido.

A Coroa Portuguesa, trazia em sua bagagem as suas raízes e costumes. Como por exemplo as *ciudades* nas Ordenações do Reino Português eram tidas como verdadeiras *capitais*, as quais eram consideradas como a cabeça, o princípio, e a fonte, por onde se formaria tantas outras coisas, quer dizer, que as cidades seriam dilatações do aparelho estatal, seria os braços da Coroa, tanto no reino ou como nas distantes conquistas ultramarinas. Assim, estar nos arredores e sob a competência de uma cidade expressava ser parte de um reino ou império. Por isso, não é obra do acaso, exclusivamente, a Coroa ter o privilégio de estabelecer cidades em suas jurisdições.

Durante o Brasil Colonial, as ordens de poder constituíam-se hierarquicamente em instituições radiadas através das cidades reais. Por meio dos moldes e padrões portugueses, as jurisdições administrativa, jurídica e eclesiástica sobrepunham suas terras no espaço. Contudo, as vilas possuíam um papel hierarquicamente menor que as cidades, mas por outro lado, superior às capelas e freguesias. Elas eram igualmente, tentáculos metropolitanos no projeto de Conquista, desempenhando papéis diversificados na lógica da rede urbana. Porém, a rede eclesiástica antecedia a rede civil e, em termos jurídicos, ficava reprimida a ela.

Por meio da Igreja, de suas jurisdições de base, intimamente unidas às do próprio Estado, a institucionalização de povoados dispersos dava-se, primeiramente, pela oficialização de sua ermida. Dessa forma, a elevação de uma sociedade ao estatuto de capela curada expressava a promoção de uma



região comum a núcleo de povoamento reconhecido e legitimado pela Igreja e como ainda garantia a visita de um pároco. De tal maneira, tanto o acesso à ajuda religiosa como o reconhecimento de fato e de direito perante a Igreja. Percebe-se, a forte ligação empreendida entre a formação de um núcleo de povoamento com a religião, ambos estavam intimamente ligados.

Já a elevação à categoria de freguesia assegurava a aquisição do batismo, do matrimônio, da acolhida aos enfermos, dos sacramentos, dos registros de nascimento, de matrimônio, de óbito, com todas suas implicações jurídicas e sociais. Como também o acesso ao rito litúrgico, à elevação de uma capela a freguesia provocava em uso da formalidade civil. Ainda na freguesia, a remota ermida recebia a nomenclatura de matriz. Para justamente a freguesia que se conduzia a população das capelas curadas adjacentes, para adquirir o registro de nascimentos, casamentos e óbitos. Apesar disso, em caso de algum auxílio jurídico, ambas capela ou freguesia, recorriam à vila de cujo termo faziam parte. A ascensão ao estatuto de vila denotava acesso à outra categoria institucional e à autonomia política e administrativa.

Para levar adiante, como se formava uma paróquia? Como está surgiu? O historiador Luís da Câmara Cascudo(s.d) apresenta uma das origens da paróquia como jurisdição eclesiástica:

“Nos séculos III-IV ‘paróquia’ era uma província ou grupo de províncias dirigida por um alto funcionário, o ‘Vicarius’ Imperial, no Direito Público Romano. Com a expansão da Igreja, depois do Edito de Milão, ano de 312, [313] as populações rurais deviam ser atendidas justamente em seus territórios distanciados das cidades e entregues à pecuária e agricultura. Os sacerdotes que se fixaram nestas regiões do interior europeu fornecendo o alimento da palavra sagrada, ministrando os Sacramentos, foram os ‘párocos’ em nova atividade espiritual, em vivo e perpetuo interesse aos cristãos espalhados pelos campos de plantio e criação. Desde o século IV estas paróquias multiplicaram-se pelo Oriente e Ocidente, tendo terras limitadas para cada jurisdição entregue aos cuidados, desvelos e assistência de um ministro do altar, um presbítero, etimologicamente velho e venerável.

Conforme a afirmativa de Cascudo, pode-se compreender, como o século IV foi um momento no qual constituíram-se as paróquias e daí começaram a se multiplicar, tanto no oriente como ocidente, e com o passar

2º Simpósio Nordeste da ABHR

Associação Brasileira de História das Religiões



dos

séculos chegaram ao Novo Mundo. No Brasil Colônia, as paróquias foram instituídas por uma determinação pautada pelo padroado da coroa, com a adoção de um pagamento feito pelo governo português através da folha eclesiástica para o custeamento do vigário e também, de um padre coadjutor, sendo chamada paróquia. Um dos mecanismos empregados na instituição de uma paróquia constituiria um empreendimento dos bispos, em função da densidade populacional e da disposição dos habitantes da mesma em assumir a responsabilidade dos ônus de conservar um vigário encomendado. (Neves, 1994: p.24)

Contudo, a instituição de paróquias e dioceses no Brasil é considerada extremamente lenta, como assina o historiador Eduardo Hoornaert (1994, p.48),

“A organização das dioceses e paróquias foi muito lenta e sua influência sobre o catolicismo vivido no Brasil bastante reduzida. Entre 1551 e 1676 o Brasil só tinha uma diocese, a de Salvador da Bahia. Nos anos de 1676 e 1677 foram criadas mais três dioceses: Pernambuco, Rio de Janeiro e São Luís do Maranhão, a última diretamente dependente de Lisboa.”

Pelas terras da América lusa existiam, deste modo, tanto paróquias urbanas, como ainda paróquias rurais. Porém, havia uma maioria das instituições rurais, na qual as capelas estavam muitas vezes bem distantes da igreja matriz. Destaca-se que em meados do século XVIII, as expressões paróquia e freguesias eram sinônimas. Conforme Harold B. Johnson Júnior (1985), há três elementos importantes que competem para o funcionamento, da paróquia: a igreja matriz; a figura do vigário e por último o próprio povo.

Compreendidos alguns conceitos e origens, objetiva-se pensar o papel da Igreja Católica na formação destas vilas, freguesias e paróquias, pensando a relação existente entre o Estado e a Igreja durante o período colonial, sendo que esta afinidade está intimamente ligada à formação dos espaços urbanos.

“Desde o surgimento – e a partir da própria gênese dos núcleos – os assentamentos coloniais expressam as precisas determinações eclesiásticas, não contrapostas ou sequer canalizadas por instrumentos equivalentes do poder temporal, mas aceitas pela importação dos costumes e das práticas do reino.” (Marx, 1991: p.11)



Ronald Raminelli (1992) também possibilita a compreensão desta ideia, entretanto, pensa o espaço urbano como um ambiente no qual podem ser formadas vilas coloniais. Segundo o mesmo autor, as vilas desempenhavam um papel fundamental, principalmente, como mediadora da vivência política dentro da colônia, como ainda religiosa, em condição de vigilância das consciências.

Apesar da realidade vivenciada pelas terras de Sergipe D'El Rey não comungarem dos parâmetros seguidos pela corte espanhola, o historiador Claudefranklin Monteiro (2013) destaca de maneira objetiva em sua tese o pensamento de Raminelli, o qual entende este molde como uma possibilidade de compreensão, ou melhor, como um norte para compreender a nossa realidade colonial, uma vez que as duas realidades foram construídas pelas mesmas tradições culturais: o Estado e a Igreja.

Desta feita, justifica-se a necessidade de compreender e analisar a formação destas 7 vilas, alinhadas a realidade da Igreja Católica, cuja desenhou e estruturou através de suas tradições e costumes as primeiras vilas do território sergipano.

A História da Vila de São Cristovão, da Vila de Santa Luzia do Piagui, da Vila de Nossa Senhora do Socorro do Thomar, da Vila de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto, da Vila de Santo Antônio e Almas de Itabaiana, da Vila de Santo Amaro das Grotas, da Vila Nova Real do rio de São Francisco, da Vila de Propriá, estão fortemente marcadas na essência de sua formação por traços, símbolos e laços da Igreja Católica. Conforme Claudefranklin Monteiro é na figura do padre que se apresenta não só o agente religioso, mas também o agente sociopolítico, tendo sido decisivo em ações que fomentaram seus principais acontecimentos. Para o autor, esta prerrogativa não só determinou a sua identidade, como também marcou de maneira decisiva a sua constituição, formação e desenvolvimento.

Considerações Finais



Ao longo deste trabalho buscamos analisar e compreender o processo de instalação das primeiras devoções sergipanas, como também entender a formação dos primeiros núcleos de povoamento. Desta feita, justifica-se a importância desta pesquisa, pois buscou um melhor entendimento sobre a formação destas 7 vilas, inseridas dentro do contexto e projeto da Igreja Católica no período colonial, a qual esculpiu com suas mãos as tradições e pensamentos destas primeiras vilas.

Portanto, no decorrer da análise foi possível identificarmos como a História da Vila de São Cristovão, da Vila de Santa Luzia do Piagui, da Vila de Nossa Senhora do Socorro do Thomar, da Vila de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto, da Vila de Santo Antônio e Almas de Itabaiana, da Vila de Santo Amaro das Grotas, da Vila Nova Real do rio de São Francisco, da Vila de Propriá, estão tecidas pelos traços do Catolicismo. Conseqüentemente, a Igreja Católica agiu sobre a formação destas vilas, sobre a suas histórias, sobre suas devoções e crenças como compositora e geradora de tradições, costumes e crenças. Assim, o catolicismo atuou categoricamente nas práticas de fé e manifestações devocionais dos habitantes que constituíam estes núcleos de povoamento.

Referências - FONTES

CARDOSO, Severiano. Manuscrito. Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Caixa nº 15, documento nº 036. Aracaju, 1896.

Carta de Tolosa. Versão digitalizada do acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE).

Lista das Informações e descrições das Villas do Arcebispado da Bahia, 1757. Arquivo do Conselho Ultramarino. Arquivo da Marinha. Biblioteca Nacional: Rio de Janeiro. Cópia Digitalizada do Programa de Documentação e Pesquisa Histórica (PDPH), Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe. Vol. 35, caixa 09, Documentos Oriundos de Portugal.

JABOATÃO, Frei Antonio Santa Maria. Novo Orbe Seráfico Brasíliaico ou Crônica dos Frades Menores da Província do Brasil [1761]. Rio de Janeiro, Tipografia Brasiliense de Maximiliano Gomes, 1859.



SANTIAGO, Serafim. Anuário Christovense ou Cidade de São Cristóvão [manuscrito]. Itamar Freitas, Beatriz Góis Dantas, Péricles Morais Andrade. São Cristóvão: Editora UFS, 2009.

SOUZA, Dom Marcos Antonio de. Memórias sobre a Capitania de Sergipe. 2 ed. Aracaju: Estado de Sergipe/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/Departamento Estadual de Estatística, 1944.

“Caminhos Literários da Carta de Pêro Vaz de Caminha”, in Mare Liberum, no 11-12, 1996, p. 8. Cf. também Clara de Macedo Vitorino, “Convenção e Ficção – Ensaio sobre a Carta de Pêro Vaz de Caminha”, in Mare Liberum, no 6, 1993, pp. 155-63, e José António Ideias, “A Carta de Pêro Vaz de Caminha: Contribuição para uma Tipologia do Encontro”, in ibidem, pp. 165-9.

Documento “Formula do Instituto” encontra-se no decreto de Paulo III. CONSTITUIÇÕES da Companhia de Jesus. São Paulo: Loyola, 1997, p. 21-31.

Livro que dá Razão do Estado do Brasil no Governo do Norte somente asi como o teve Dõ Dioguo de Menezes e Sá até o anno de 1612. Documento encontrado no IHGRJ- Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Maria da Glória. A Igreja em Sergipe e os “Desfavorecidos”: Possibilidades de Pesquisa. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Aracaju, n. 32, 1993-1999.

ALMEIDA, Padre Aurélio Vasconcelos de. Vida do Primeiro Apóstolo de Sergipe: Padre Gaspar Lourenço. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Aracaju, n. 21, 1951-1954.

ANDRADE, Solange Ramos de. Devoções e santuários Marianos na História do Paraná. Revista Angelus Novus- nº 3 – maio de 2012, pg. 4

AQUINO, Felipe Rinaldo Queiroz de. O Culto dos Santos. In: Relação dos Santos e Beatos da Igreja. Lorena: Editora Cléofas, 2009.

AZEVEDO, Thales de. Catolicismo no Brasil: Um Campo para a Pesquisa Social. Salvador: EDUFBA, 2002.

AZZI, Riolando. A Igreja Católica na Formação da Sociedade Brasileira. Aparecida, SP: Editora Santuário, 2008.



BARRETO, Raylane Dias Navarro. Os Padres de Dom José: O Seminário Sagrado Coração de Jesus. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2004.

BÉDARIDA, François. Usos & Abusos da História Oral. AMADO, Janaína, FERREIRA, Marieta de Moraes Ferreira. 7 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

BLOCH, Marc. Apologia da História, ou, o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOURDIEU, Pierre. Gênese e Estrutura do Campo Religioso. In: A Economia das Trocas Simbólicas. 5 ed. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2004.

BOXER, C. R. A Igreja e a expansão ibérica (1440 - 1770). Lisboa: Edições 70, 1989.

CASCUDO, Luis da Câmara. História do Rio Grande do Norte. Natal: Fundação José Augusto, Rio de Janeiro: Achiamé, [s.d].

CERTEAU, M. A Invenção do Cotidiano. Trad. Ephraim F. Alves. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

_____. **A Escrita da História. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999.**

CHARTIER, R. A história cultural, entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990.

COELHO DIAS, Geraldo J. A. A devoção do povo português a Nossa Senhora nos tempos modernos. Revista da Faculdade de Letras, II Série, IV, 1987.

COUTINHO, Sérgio Ricardo. Para uma história da Igreja no Brasil: os 30 anos da Cehila e sua contribuição historiográfica. In: Siepierski, P. e Gil, B. (org.). Religiões no Brasil: Enfoques, dinâmicas e abordagens. São Paulo: Paulinas, 2003.

DANTAS, Beatriz Gois. Missão Indígena do Geru. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Aracaju, n. 28, 1979-1982.

_____. **A Tupimania na Historiografia Sergipana. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Aracaju, n. 29, 1983-1987.**

FALCON, Francisco José Calazans. A época pombalina. São Paulo: Ática, 1982.



- FERREIRA, A. B. de H.** Novo Dicionário da Língua Portuguesa. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.
- FREIRE, Felisbello Firmo de Oliveira.** História de Sergipe (1575-1855). 3ª. Ed. São Cristovão: Editora UFS; Aracaju: IHGSE, 2013.
- FREIRE, Laudelino.** Quadro Corográfico de Sergipe. Rio de Janeiro/Paris: H. Garnier Livreiro-Editor, 1902.
- HANSEN, João Adolfo.** “Serafim Leite: História da Companhia de Jesus no Brasil”. In: **MOTA, Lourenço Dantas (org).** Introdução ao Brasil: Um banquete no Trópico. Vol. 2. São Paulo: SENAC, 2002.
- HOORNAERT, Eduardo.** A Igreja no Brasil Colonial (1550-1800). 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. pp. 8-9. Cf.
- HOUAISS, A.; VILLAR, M. de S.** Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva (Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa S/C Ltda.), 2001.
- JOHNSON JÚNIOR, Harold B.** Para um modelo estrutural da freguesia portuguesa do século XVIII. (Conferência dada na Universidade Nova de Lisboa em 11 de novembro de 1985/<http://people.virginia.edu/~hbj8h/modelo.pdf>).
- LEITE, Serafim.** História da Companhia de Jesus no Brasil. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1938-1950. 10 v.
- LEVI, GIOVANNI.** A herança imaterial. Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- LIMA JÚNIOR, Francisco A. de Carvalho.** Limites entre Sergipe e Bahia (Estudos Históricos). In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Aracaju, n. 2, 1913.
- LUSTOSA, F. Oscar de Figueredo.** A presença da Igreja no Brasil. São Paulo: Editora, 1977.
- MARX, Murillo.** Cidade no Brasil, Terra de Quem? São Paulo: Nobel, Editora da USP, 1991.
- MORAES, Péricles.** Sob o Olhar Diligente do Pastor: a Igreja Católica em Sergipe. São Cristóvão: Editora da UFS, 2010.



- NEVES, Guilherme Pereira das. Administração eclesiástica. In: Dicionário da História da Colonização Portuguesa no Brasil. Lisboa: Verbo, 1994.
- NÓBREGA, Manoel da. Cartas do Brasil. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1988.
- NUNES, Maria Thétis. Sergipe Colonial I. São Cristovão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2006.
- OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro. Religião e dominação de classe: gênese, estrutura e função do catolicismo romanizado no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1985.
- OLIVEIRA, Vanessa dos Santos. A irmandade dos homens pretos do rosário: etnicidade, devoção e caridade em São Cristovão (século XIX). Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2008.
- PIMENTEL, Alberto. História do culto de Nossa Senhora. Lisboa: Imprensa Acadêmica COÍMBRA, 1899.
- RAMINELLI, Ronald. Simbolismos do Espaço Urbano Colonial. In: VAINFAS, Ronald. (Org) América em Tempo de Conquista. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1992.
- ROHRBACHER, Padre. Vidas dos Santos. São Paulo: Editora das Américas, 1959.vol. VI.
- SANTOS, Claudefranklin Monteiro. A Festa de São Benedito em Lagarto-SE (1771-1928): Limites e Contradições da Romanização. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2013.
- SANTOS, Fabrício Lyrio. Da Catequese à civilização: colonização e povos indígenas na Bahia. Cruz das Almas/BA: UFRB, 2014.
- SILVA, Antonio Moraes da. Diccionario da Língua Portuguesa. Composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado e accrescentado por Antonio de Moraes Silva. Lisboa: Officina de Simão Thadeo Ferreira, 1798.
- SILVA, Clodomir. Álbum de Sergipe. Rio de Janeiro: Pongetti, 1920.
- SILVA, France Robertson C. da. 'Sob o manto da Imaculada' Sergipe se devota a Maria séculos XVI a XIX. Monografia (Licenciatura em História).



Departamento de História da Universidade federal de Sergipe. São Cristovão, 2001.

SILVA, Severino Vicente da. Uma Leitura de Paróquia e Comunidade no Brasil Perspectiva Histórica – Fernando Londoño (org.), São Paulo, 1987. In: CLIO – Revista do PPGH da UFPE. Nº 17. Recife, UFPE, 1998.

SOUSA, Antônio Lindvaldo. O Eclipse de um farol: contribuição aos estudos sobre a romanização da Igreja Católica no Brasil (1911-1917). São Cristóvão: UFS: Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2008.

SOUZA, Gabriel Soares de. Notícia do Brasil. Edição patrocinada pelo Departamento de de Assuntos Culturais do MEC, 1974.

TRAVASSOS, Antônio José da Silva. Apontamentos Históricos e Topographicos sobre a Província de Sergipe – Offerecidos a S. M. I. o Senhor Dom Pedro II Imperador Constitucional e Perpetuo Defensor do Brasil (1860). In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Aracaju, n. 6, 1916.

ZANON, Frei Darlei. Nossa Senhora de todos os nomes: orações e história de 260 títulos marianos. São Paulo: Paulus, 2005.

ZERON, Carlos Alberto de Moura Ribeiro. Linha de fé: A Companhia de Jesus e a escravidão no processo de formação da sociedade colonial (Brasil, séculos XVI-XVII). São Paulo: EDUSP, 2011.